**Texto 1**

**Link http: ((//www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1801200404.htm))**

**Não à tatuagem biopolítica**

**GIORGIO AGAMBEN**
ESPECIAL PARA O "LE MONDE"

Os jornais não deixam margem a dúvidas: de agora em diante, quem quiser viajar aos Estados Unidos com visto será fichado e terá de deixar suas impressões digitais registradas ao entrar no país. Pessoalmente, não tenho intenção nenhuma de me submeter a tais procedimentos, e foi por isso que cancelei de imediato os cursos que deveria dar em março na Universidade de Nova York.
Eu gostaria de explicar aqui a razão dessa recusa, ou seja, por que, apesar da simpatia que há muitos anos me liga a meus colegas americanos, assim como a seus alunos, considero essa decisão ao mesmo tempo necessária e inapelável e quanto eu gostaria que ela fosse compartilhada por outros intelectuais europeus.
Não se trata apenas de uma reação epidérmica diante de um procedimento que há muito tempo vem sendo imposto a criminosos e acusados políticos. Se o problema fosse apenas esse, é evidente que poderíamos aceitar moralmente a idéia de compartilhar, por solidariedade, as condições humilhantes às quais tantos seres humanos são submetidos hoje.
Não é isso o essencial. O problema extrapola os limites da sensibilidade pessoal e diz respeito, pura e simplesmente, ao estatuto jurídico-político (talvez fosse mais simples dizer biopolítico) dos cidadãos nos Estados supostamente democráticos em que vivemos.
Procura-se, há alguns anos, nos convencer a aceitar como sendo as dimensões humanas e normais de nossa existência certas práticas de controle que sempre foram vistas como excepcionais e, na realidade, inumanas.
Assim, ninguém ignora que o controle exercido pelo Estado sobre os indivíduos por intermédio do uso de dispositivos eletrônicos, como cartões de crédito ou telefones celulares, já atingiu limites antes inimagináveis.
Mas não é possível ultrapassar certos limiares no controle e na manipulação dos corpos sem penetrar em uma nova era biopolítica, sem dar mais um passo em direção ao que Foucault chamava de animalização progressiva do homem implementada pelas técnicas mais sofisticadas.
O fichamento eletrônico de impressões digitais e retinas, a tatuagem subcutânea e outras práticas do mesmo gênero são elementos que contribuem para definir esse limiar. As razões de segurança que são evocadas para justificá-las não devem nos impressionar: elas não têm nada a ver com isso. A história nos ensina até que ponto práticas que, num primeiro momento, eram reservadas a estrangeiros acabaram sendo aplicadas ao conjunto dos cidadãos.
O que está em jogo aqui não é nada menos que a nova relação biopolítica supostamente "normal" entre os cidadãos e o Estado. Essa relação não tem mais nada a ver com a participação livre e ativa na esfera pública, mas diz respeito ao registro e fichamento do elemento mais privado e incomunicável da subjetividade: falo da vida biológica dos corpos.
Assim, aos dispositivos de mídia que controlam e manipulam a palavra pública correspondem, portanto, os dispositivos tecnológicos que inscrevem e identificam a vida nua. Entre esses dois extremos de uma palavra sem corpo e um corpo sem palavra, o espaço daquilo que antes chamávamos de política se torna cada vez mais reduzido, mais exíguo.
Assim, ao aplicar ao cidadãos -ou, melhor dizendo, ao ser humano como tal- as técnicas e os dispositivos que inventaram para as classes perigosas, os Estados, que deveriam constituir o espaço da vida política, fizeram dela o suspeito por excelência, a tal ponto que é a própria humanidade que se tornou a classe perigosa.
Alguns anos atrás eu escrevi que o paradigma político do Ocidente não era mais a cidade, mas o campo de concentração -que havíamos passado de Atenas a Auschwitz. Tratava-se, evidentemente, de uma tese filosófica e não de uma narrativa histórica, já que não seria o caso de confundir fenômenos que, pelo contrário, convém distinguir.
Quero sugerir que a tatuagem sem dúvida surgiu em Auschwitz como a maneira mais normal e mais econômica de organizar a inscrição e o registro dos deportados nos campos de concentração.
A tatuagem biopolítica que os Estados Unidos nos impõem neste momento para podermos penetrar em seu território pode muito bem ser o sinal precursor daquilo que, futuramente, nos será exigido aceitar como a inscrição normal da identidade do bom cidadão nos mecanismos e engrenagens do Estado. É por isso que devemos nos opor a ela.

**Giorgio Agamben** é filósofo e professor na Universidade de Veneza e na Universidade de Nova York.

Tradução de **Clara Allain**